



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2016**

-----**ACTA NÚMERO 15**-----

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, o Senhor Vogal José Rodrigues, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal António Rocha. A Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontra-se ausente por motivos profissionais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou as ausências e deu início à décima quinta reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 107/2016 – Atribuição de comparticipação financeira à Associação de Solidariedade Social de Oeiras "Sol Fraterno"; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 108/2016 - Aprovação de Medida Contrato Emprego Inserção - Recrutamento de pessoal – Desempregados de Longa Duração (assistente operacional) – António Aleixo; -----

- 3 – Proposta de Deliberação N.º 109/2016 - Aprovação de Medida Contrato Emprego Inserção - Recrutamento de pessoal – Desempregados de Longa Duração (assistente operacional) – Emílio Varela; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 110/2016 - Processo de Execução Fiscal nº04/2016 - Mercado Municipal de Carnaxide - Executado: Maria Lurdes Cunha; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 111/2016 - Procedimento por ajuste direto com convite a uma entidade para aquisição de uma viatura de cabine dupla de 3.500 Kg – Aprovação de adjudicação – Processo N.º 01/2016; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 112/2016 – Processo de Execução Fiscal nº03/2016 - Mercado Municipal de Carnaxide - Executado: Maria Madalena Sanches Guerreiro Marques; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 113/2016 – Apreciação e aprovação do regulamento de constituição e regularização de fundo maneo; -----
- 8 – Proposta de Deliberação N.º 114/2016 – Procedimento por ajuste direto com consulta a uma entidade para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis para a Junta de Freguesia; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Hoje tive reunião com o Sr. Comandante da Esquadra de Carnaxide, onde abordámos diversos temas, como procedimento adotado pelo Sr. Comandante da Divisão de Oeiras. Agora e periodicamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia reúne com o Sr. Comandante da Esquadra para falar sobre diversos assuntos que o preocupam e vice-versa. Foi feita uma análise cujo relatório será, depois, vos mostrado. -----

--- Realizou-se o Torneio de Xadrez do Circuito Oeiras Dois Mil e Dezasseis, em Queijas, no dia dois de julho, no qual estive presente com o Sr. Vogal António Rocha. A participação este ano foi menor do que o ano passado e, a esse propósito, propus ao Sr. Diretor do torneio, o Sr. Peixoto, que pensasse em transferir a data para setembro por altura das festas e que talvez fosse mais adequado. Ele achou a ideia interessante e vai propor ao Município. -----

--- Realizou-se no dia vinte e cinco de junho a Feira da Saúde Carnaxide ComVida e foram realizados trezentos rastreios de saúde, participaram em aulas adaptadas de ginástica, chi-kung e insuflável com a participação de cerca de seis crianças registadas, workshop stock de saúde e violência com a participação de cerca de quarenta pessoas. Foi um evento que cobriu cerca de quinhentas pessoas em diversas áreas. -----

--- No âmbito da Comissão Social de Freguesia irá realizar-se uma exposição CSF. Convidámos todas as instituições a participar com exposições, desde que iniciámos o mandato. Desta vez foi a Fundação Marquês de Pombal que veio fazer a sua exposição da atividade que promove durante o ano. -----

--- Realizou-se no passado dia vinte e nove de junho o Baile Sénior no Mercado de Carnaxide que também foi bastante concorrido. -----

--- Realizaram-se, também, os arraiais populares, no dia vinte e cinco de junho, quer em Queijas, quer em Carnaxide e Outurela, sendo que em Queijas coincidiu com uma das fases do Campeonato Europeu de Futebol, em que Portugal participou e em que recorremos ao aluguer de um ecrã de formato adaptado ao recinto para que as pessoas pudessem assistir ao jogo de Portugal e participar na sardinhada, dado que, se não tivéssemos tido esta ação possivelmente o arraial não teria a frequência desejada, dado que as pessoas ficariam em casa a assistir ao jogo de futebol. Julgo que foi uma ação importante e que também acabou por dar ao arraial e à sardinhada outro tipo de intervenção social naquele espaço. Se por um lado a sardinhada é muito mais vocacionada para as pessoas mais velhas, acabámos por ter bastantes jovens a assistir e a participar pelo fato de o futebol estar a ser transmitido. -----

--- A Junta de Freguesia promove uma ida à praia com os seniores, situação que faz todos os anos numa atividade que foi criada em Carnaxide há cerca de quatro anos, que se chama “Vamos à Praia”. Este evento é para munícipes de cinquenta anos ou mais, com deslocação gratuita à praia de Paço de Arcos, com partida no Centro Cívico, paragem junto à Igreja de Queijas e regresso no percurso inverso. As inscrições irão decorrer a partir do dia onze de julho. -----

--- De acordo com o nosso manifesto eleitoral, foi incluída a requalificação do Parque do Lameiro, nomeadamente, com a substituição de uma zona de pavimento que já foi concretizada em dois mil e quinze e, agora esta semana, com a colocação de um baloiço duplo, que era uma ambição das pessoas que vivem naquela zona. Mais um parque infantil dotado com as condições necessárias e que pretendemos também que o Parque Infantil dos Barrinhos volte a ser uma realidade e que o Parque Infantil da Portela também seja uma realidade porque se encontram os dois abandonados pelo Município sem qualquer intervenção, apesar das solicitações que a Junta de Freguesia tem efetuado. -----

--- O Agrupamento de Escuteiros da Outurela veio agradecer a cedência da nossa viatura para o acampamento que os Escuteiros participaram, dizendo que depois de concluído o nosso acampamento, é demais elementar justiça expressar os nossos agradecimentos pelo apoio da União de Freguesias que nos prestou e tem vindo a prestar, fato em conjugação com outras sinergias, nomeadamente, o Padre José Manuel, de alguns dirigentes empenhados que permitiram a estes meninos e meninas, da Freguesia de Carnaxide e outras, momentos de convívio e de partilha. -----

--- O trabalhador Ricardo Rodrigues encontra-se de baixa desde o dia cinco de julho por duas semanas e a Educadora de Infância Conceição Salgueiro encontra-se de baixa desde o dia vinte e nove de junho por trinta dias. Estiveram de atestado médico a Educadora de Infância

Renata Tenreiro durante oito dias e continua de baixa por maternidade a Assistente Social Ana Barata. A trabalhadora cantoneira em mobilidade Alice Querido também se encontra de baixa. -----

--- O Clube de Carnaxide vem agradecer o apoio da Junta de Freguesia na realização de mais uma Gala de Dança, evento que só foi possível, dizem, graças ao nosso apoio. Deixam o mais sincero agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia e a toda a sua equipa. Agradeço ao Sr. Secretário pelo apoio prestado. -----

--- O Sr. Padre Alexandre telefonou-me a informar que já fez o concelho pastoral e que estará ausente durante alguns dias por motivo de férias e para me comunicar que mantém o interesse na organização conjunta das Festas de São Miguel de Queijas, nos termos do ano passado. Respondi com agrado e que iria, no início do mês de agosto, enviar-lhe o pré-programa, que será depois alvo de aprovação, mas que também será semelhante ao do ano passado e que poderia contar com o nosso apoio no que fosse necessário. Estão criadas as condições para fazermos as festas de Carnaxide e as de Queijas, à semelhança dos anos anteriores, ainda mais porque agora aprovámos a alteração da tabela de taxas em que será mais fácil o procedimento de efetivação dos serviços a prestar pelos feirantes à Junta de Freguesia mediante o pagamento das respetivas taxas. -----

--- Foi solicitada uma reunião à "Tomás de Oliveira" a propósito do forno crematório e que o Dr. António Tinoco tem todo o interesse em reunir connosco para nos explica como tem sido este ano e meio de serviço no âmbito do contrato/protocolo existente entre a "Tomás de Oliveira", a Junta de Freguesia de Barcarena e a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, reunião confirmada agora para dia treze de julho às dezasseis horas. -----

--- Em frente ao Hospital de Santa Cruz, existem uns passadiços em madeira que foram construídos no mandato da Sra. Presidente Teresa Zambujo e que a ex Junta de Freguesia de Carnaxide eliminou, sob a minha presidência, todos os passadiços em solipas de madeira que causavam quedas porque não é o pavimento mais adequado para este tipo de passagem pedonal. Hoje iniciámos, por administração direta e com a nossa pequena mas grande equipa, a substituição das solipas por lajetas britadas. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 21 de Junho de dois mil e dezasseis e o dia 06 de Julho de dois mil e dezasseis, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 28.599,39 € (vinte e oito mil quinhentos e noventa e nove euros e trinta e nove cêntimos); em caixa 654,36 € (seiscentos e cinquenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 30.763,88 € (trinta mil setecentos e sessenta e três euros e oitenta e oito cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem

31.202,62 € (trinta e um mil duzentos e dois euros e sessenta e dois cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 109.413,27 € (cento e nove mil quatrocentos e treze euros e vinte e sete cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 107/2016 -----

Reconhecendo a importância que a cultura assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2016 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole cultural e social, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2016, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma comparticipação financeira à Associação de Solidariedade Social de Oeiras “Sol Fraterno”, no valor de 100,00 € (cem euros), para apoio ao desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente na realização do Concurso Miss Concelho de Oeiras, sendo que um dos objetivos será a doação de uma parte da receita do evento para a referida Associação de Solidariedade Social. -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 108/2016 -----

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada.

Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades.

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal.

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1. Aprovação da seguinte Candidatura: -----

▪ Candidatura N.º 021/CEI/16 (Medida Contrato Emprego-Inserção – Beneficiários do Subsídio de Desemprego), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Delegação de Competências), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor António José Aleixo, NIF 138563098. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 109/2016 -----

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuie, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada.

Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades.

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se

compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal.

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1. Aprovação da seguinte Candidatura: -----

- Candidatura N.º 021/CEI/16 (Medida Contrato Emprego-Inserção – Beneficiários do Subsídio de Desemprego), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Delegação de Competências), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor Emílio Gomes Varela, NIF 218378050. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 110/2016 -----

No seguimento do processo de execução fiscal nº04/2016, foi a concessionária Maria de Lurdes Cunha (bancas 12, 13 e 14) do Mercado Municipal de Carnaxide notificada por meio de Ofício registado com a Refª JV/CM/838/16 em 19/05/2016 afim de proceder ao pagamento das taxas de ocupação mensal em atraso dos anos de 2015 e 2016 acrescidos de juros de

mora no valor total de 2.858,57€, no prazo de 30 dias a contar da recepção do mencionado
ofício. -----

Em 23/06/2016 deu entrada nesta Junta com o nº registo 2356, pedido da concessionária a
solicitar autorização para efetuar o pagamento faseado do valor em dívida em 28 prestações
iguais e sucessivas, no valor mensal de 102,10€ (cento e dois euros e dez cêntimos), com
início a 15 de Agosto de 2016. -----

Face ao exposto e atendendo ao Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), o
pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela
sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das
prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de
conta no momento da autorização. -----

Considerando que o valor da UC (unidade de conta) é de 102,00€, o valor mensal proposto
pela concessionária de 102,10€ cumpre os requisitos legais acima mencionados. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. O pagamento da dívida deverá ser faseado em 28 prestações iguais e sucessivas, no valor
mensal de 102,10€ (cento e dois euros e dez cêntimos), com início a 15 de Agosto de 2016.

2. Que seja dado conhecimento à interessada. -----

3. A presente proposta seja aprovada em minuta -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 111/2016 -----

I. INTRODUÇÃO -----

Através da Proposta de Deliberação Nº 69/2016 (anexo 1), em reunião de executivo realizada
em 14/04/2016, o órgão executivo, aprovou a abertura de um procedimento para aquisição
de uma viatura de cabine dupla de 3.500 Kg. -----

Face à referida aprovação foi enviado convite à entidade convidada a apresentar proposta,
para aquisição de uma viatura de cabine dupla de 3.500 Kg, através do e-mail, cujo o prazo
limite fixado para apresentação de proposta foi às 17 horas do dia 10/06/2016. -----

II. ANÁLISE -----

O concorrente convidado apresentou proposta em tempo e em total conformidade com as
condições pretendidas, pelo que nos termos do disposto no artigo 125.º do CCP, se procedeu
à avaliação da proposta e elaboração do projeto de decisão de adjudicação, cujo conteúdo se
dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta de deliberação (anexo
II). -----

Com base no estatuído no artigo 70.º do CCP, após análise formal e material da proposta e
respetivos documentos anexos que fazem parte integrante da mesma, concluíram os serviços

que a proposta cumpre os termos, condições e aspetos da execução do contrato regulado pelo Caderno de Encargos e atributos submetidos à concorrência, comprovando-se a conformidade legal do procedimento de contratação pública e sua tramitação. -----

III. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL -----

Atento o facto de a decisão de contratar ter sido proferida pelo executivo, por ser este o órgão competente para o efeito, importa agora submeter à sua aprovação o projeto de decisão de adjudicação do procedimento pré-contratual, bem como a adjudicação da aquisição de uma viatura de cabine dupla de 3.500 Kg ao concorrente Caetano Power - Lisboa, com filial na Estrada Terras de Lagoa, N.º 66, 2635-595 Sintra-Rio de Mouro, Contribuinte n.º 505 261 570, nos termos do art. 76º do CCP. -----

Atento o valor a adjudicar, impõe-se a celebração de contrato escrito, pelo que se propõe ainda a aprovação da sua minuta, que segue em anexo à presente proposta e que será remetida ao adjudicatário, em conjunto com a comunicação de adjudicação, para sua aceitação. -----

IV – PROPOSTA -----

Face ao exposto, submete-se à aprovação deste órgão executivo: -----

1. A aprovação do projeto de decisão de adjudicação; -----
2. A adjudicação da aquisição de uma viatura de cabine dupla de 3.500 Kg ao concorrente Caetano Power - Lisboa, com filial na Estrada Terras de Lagoa, N.º 66, 2635-595 Sintra-Rio de Mouro, Contribuinte n.º 505 261 570 pelo preço contratual de € 24.142,14 (vinte e quatro mil cento e quarenta e dois euros e catorze cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----
3. A aprovação da minuta de contrato escrito que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta de deliberação, para posterior envio ao adjudicatário para aprovação.
4. Pagamento da fatura com a entrega da viatura em conformidade com a adjudicação e valor referido no ponto 2. -----
5. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

V- ANEXOS -----

1. PD nº 69/2016 -----
2. Projeto de decisão de adjudicação -----
3. Minuta de contrato escrito -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 112/2016 -----

No seguimento do processo de execução fiscal nº03/2016, foi a concessionária Maria Madalena Sanches Guerreiro Marques notificada por meio de Ofício registado com a Refª

JV/CM/837/16 em 19/05/2016 afim de proceder ao pagamento das taxas de ocupação mensal referente ao Mercado Municipal de Carnaxide que se encontram em atraso de Outubro a Dezembro de 2014, de Fevereiro a Dezembro de 2015 e de Janeiro a Maio de 2016, acrescidos de juros de mora no valor total de 4.187,86€, no prazo de 30 dias a contar da recepção do mencionado ofício. -----

Em 05/07/2016 deu entrada nesta Junta com o nº registo 2533, pedido da concessionária a solicitar autorização para efetuar o pagamento faseado do valor em dívida em 36 prestações iguais e sucessivas, no valor mensal de 116,33€ (cento e dezasseis euros e trinta e três cêntimos), com início a 15 de Agosto de 2016. -----

Face ao exposto e atendendo ao Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Considerando que o valor da UC (unidade de conta) é de 102,00€, o valor mensal proposto pela concessionária de 116,33€ cumpre os requisitos legais acima mencionados. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. O pagamento da dívida deverá ser faseado em 36 prestações iguais e sucessivas, no valor mensal de 116,33€ (cento e dezasseis euros e trinta e três cêntimos), com início a 15 de Agosto de 2016. -----

2. Que seja dado conhecimento à interessada. -----

3. A presente proposta seja aprovada em minuta -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 113/2016 -----

Na sequência da deliberação n.º 03/2013, referente à apreciação e aprovação da norma de controlo interno contabilístico e financeiro da Junta de Freguesia, e por deliberação N.º 04/2013, tendo em conta o disposto no ponto 2.3.4.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Setembro que determina que, em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneo, correspondendo a cada uma uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. -----

A constituição e a reposição do fundo de maneo obriga à movimentação da correspondente rubrica “Operações de Tesouraria”. O Titular ou o Responsável pelo fundo, apenas o podem utilizar para despesas relativas à aquisição de bens ou serviços cuja inexistência prejudique o normal funcionamento dos serviços ou limite o exercício das competências definidas na Lei

75/2013, que não possa ser realizada, em tempo útil, através dos mecanismos definidos nas disposições legais referentes à aquisição de bens e serviços. -----

Assim, propõe-se: -----

1. A constituição de dois fundos permanentes, (em Carnaxide e Queijas), tendo como administrador em Carnaxide o trabalhador Assistente Técnico Luís Manuel Graça Balbina e em Queijas o Vogal António Rocha, Vogal José Rodrigues e responsáveis o Sr. Tesoureiro Luís Manuel Lopes e o Sr. Presidente Senhor Jorge de Vilhena, atribuindo o respetivo abono de falhas conforme previsto na Lei aos administradores dos fundos, ficando o referido fundo fixado no valor total em 1.800,00 € (mil e oitocentos euros - valor mensal), sendo de 1.200,00 (mil e duzentos euros) para a sede em Carnaxide e fixado em 600,00 € (seiscentos euros - valor mensal) para a Delegação em Queijas, que podem ser reconstituídos/reforçados até ao limite do valor estipulado, em caso de extrema necessidade e sob parecer do tesoureiro e despacho do presidente. -----

2. O fundo deverá respeitar as seguintes normas conforme regulamento em anexo. -----

3. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 114/2016 -----

PROPOSTA DE PROCEDIMENTO -----

Afigurando-se necessário proceder à contratação de aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º, n.º 1 e 38.º do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado pela Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, propondo-se a autorização de despesa e adoção do seguinte procedimento e condições. -----

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual seja de € 11.900 (onze mil e novecentos euros), sem inclusão de IVA, a satisfazer pela dotação 02/02.02.09.01 – Comunicações – telefones e telemóveis. -----

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º, ambos do Código dos Contratos Públicos e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um ajuste direto em função do valor, nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP -----

I. PROPOSTA DE ENTIDADE A CONVIDAR -----

Propõe-se que seja convidada a seguinte entidade a apresentar proposta: -----

VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A, com sede na Avenida D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações, 1998-017 Lisboa. -----

II. CONTRATO -----

O Contrato deve de ser reduzido a escrito. -----

III. MINUTAS DE CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CADERNO DE ENCARGOS

A aprovação da minuta de convite a enviar à entidade convidada, bem como minuta de caderno de encargos em anexo. -----

V. PROPOSTA -----

Face ao exposto, submete-se à aprovação deste órgão executivo: -----

1. A aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis para a sede, cemitério e mercado municipal de Carnaxide, da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----

2. Em cumprimento do disposto nos artigos 16º do nº 1 da alínea a) e 20º do nº 1 da aliena a) do CCP (aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 278/2009, de 2 de Outubro e 149/2012, de 12 de julho) e para os efeitos previstos no artigo 112º do mesmo diploma, solicita-se autorização para aplicação do "Procedimento por ajuste direto com convite a uma entidade". -----

A Entidade a convidar é a referida no ponto II da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 18h40m.

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)

O Vogal

(António Rocha)